

Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul – CEFOR



Aírto
Ferronato



Tiago
Albrecht



Gilson
Padeiro



João
Bosco Vaz



Roberto
Robaina

006ª CEFOR 19MAR2024

Pauta: Impacto da Regulamentação dos Motoristas de Aplicativos na Região Metropolitana.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): (10h08min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul – CEFOR, com o tema da tributação, tarifação, dos nossos aplicativos. Quero registrar a presença dos vereadores João Bosco Vaz, Tiago Albrecht, que é o nosso vice-presidente, e do Ver. Gilson Padeiro, além deste vereador, e dizer que a iniciativa desta reunião é do nosso Ver. Tiago Albrecht. Portanto, satisfação em tê-los conosco hoje pela manhã, e, desde já, vou passar a palavra ao Tiago, que vai fazer a sua manifestação.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Muito bom dia a todos vocês, sejam bem-vindos à CEFOR, obrigado, Presidente Ferronato. A Comissão de Finanças é um espaço desta Casa onde debatemos, por evidente, o orçamento, também assuntos financeiros, e, nesse tocante, Ver. Ferronato, Ver. Bosco, Ver. Gilson

Padeiro, não obstante ser uma pauta em Brasília, mas algo que pode impactar a cidade de Porto Alegre e também todas as cidades da circunvizinhança.

Nesse sentido, nós gostaríamos de compor a Mesa, junto com estes integrantes, o Ver. Mano, de Cachoeirinha, e o Ver. Major Dias, também vereador de Cachoeirinha – podem pegar aqui os primeiros lugares próximos a nós. Quero também chamar a esta Mesa o Prof. Dr. Gustavo Frio, professor, coordenador adjunto da Faculdade de Economia da Pontifícia Universidade Católica, e saudar também a presença do Ver. Roberto Robaina, integrante desta comissão, para que possa também estar conosco aqui na Mesa dos trabalhos. Temos também, não representando os motoristas, mas exemplificando um dos motoristas de aplicativo, o Sr. Ricardo Oliveira, para que também possa vir aqui à Mesa conosco; depois vamos lhe franquear a palavra. Se dentro da nossa assistência tivermos também pessoas que queiram falar, o Ver. Presidente Ferronato vai ser informado aqui pela nossa assessoria. Presidente, lhe devolvo a palavra, se de repente quiser franquear aos colegas vereadores, depois vamos escutar o prof. Frio.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): É uma satisfação tê-los conosco aqui à Mesa, nossos queridos vereadores Mano, Major Dias, Robaina e Prof. Gustavo. Vamos dar início a esta reunião orientados pelo nosso querido Albrecht, que teve a iniciativa da proposta. Portanto, tu podes começar a fazer a tua exposição, depois passamos para os nossos convidados ou para os vereadores, e nós podemos intercalar, não é Robaina? Vamos falando mais ou menos juntos para manter esta reunião o mais informal possível, até em razão da importância que ela traz no dia de hoje aqui em Porto Alegre. Bem-vindo aos nossos vereadores, muita alegria em termos Cachoeirinha conosco aqui em Porto Alegre. Obrigado. Ver. Tiago Albrecht.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Obrigado, Presidente Ferronato. A relevância da pauta se dá porque é uma proposta do Executivo federal, enviada ao Congresso Nacional, evidentemente que ela desperta as mais diferentes

opiniões, análises. Por isso, além da análise política que suas excelências, os vereadores de Porto Alegre, e vereadores convidados também poderão exercer, nós temos uma parte técnica com professor da PUC, e também com o nosso motorista de aplicativo, o Ricardo Oliveira, nome de craque, camisa nove, não é Ricardo Oliveira, para quem acompanha o futebol. Então, é isso. Eu pretendo ficar mais moderando e observando, junto com V. Exa., Ferronato, deixar que os nossos vereadores da CEFOR possam dispor da palavra neste primeiro momento. Depois, vou franquear a palavra ao nosso professor e ao motorista de aplicativo, e depois aos nossos vereadores também de Cachoeirinha, que possam ter de três a cinco minutos para falar. Então, gostaria de devolver a palavra e franquear aos nossos presentes.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Como estamos em casa, vou tomar a liberdade de fazer uma pergunta aos vereadores, ao Robaina, ao Bosco e ao Ver. Gilson. Uma das perguntas poderia ser direcionada ao professor. O professor Gustavo, com a palavra, depois o Ricardo, e depois trocamos ideias. Com a palavra, o professor.

SR. GUSTAVO FRIO: Bom dia a todos, agradeço o convite do Ver. Tiago Albrecht. Como já me apresentaram, sou formado em economia, doutor em economia. Foi-me solicitada uma análise do que a gente tem de informações a partir do uso de aplicativos, principalmente de transportes, que é o que está em pauta hoje no Brasil. Começo dizendo que eu não encontrei nenhuma fonte segura de dados sobre isso mais regional, então eu trouxe informações de nível nacional, mas acho que elas vão conseguir embasar bem uma discussão de alta qualidade. Atualmente, no Brasil, cerca de 1,5 milhão de pessoas dependem de aplicativos como fonte de renda. Estamos falando de trabalhadores, então, é possível que, considerando que muitos são pais e mães de família, esse número de pessoas que dependam da renda do aplicativo para sobreviver possa ser até maior. Só em aplicativos de transporte, especificamente – e aí eu vou colar para não ter perigo de errar – são aproximadamente 1% dos trabalhadores do setor

privado para transporte de passageiros. Hoje, um fenômeno que começou em Porto Alegre em novembro ou dezembro de 2015 agora representa 1% dos trabalhadores do setor privado. É um número bastante grande, e além disso, nós temos um colega que trabalha com aplicativos; e todos nós, usuários, sabemos que muitos deles não dependem exclusivamente, mas é um complemento à renda. A gente sabe que, diante de toda a situação econômica que o Brasil vem passando desde a crise de 2015, a crise da pandemia do covid, complementos à renda são sempre bem-vindos.

(Manifestação fora do microfone do Ver. Roberto Robaina. Inaudível.)

SR. GUSTAVO FRIO: É, tem sido isso também. Nós temos, para embasar a discussão eu trouxe alguns dados que falam que a grande maioria do setor de aplicativos de transporte, é formada por homens, assim como o setor privado brasileiro, mas a diferença é maior no setor de aplicativos. Existe, dentro do que a gente chama de questão da utilidade, o porquê de ofertar trabalho. Por ser uma oferta de trabalho que às vezes oferece mais risco do que outras ofertas de trabalho, pode ser também um impeditivo para algumas mulheres, por não se sentirem seguras com o trabalho. Aí, são hipóteses que são levantadas. Não tem como afirmar uma coisa ou outra sem fazer um estudo científico bastante aprofundado. O que mais chama a atenção, e provavelmente isso tenha levado o governo a esse projeto, é que apenas um terço desses trabalhadores e trabalhadoras contribuem com a previdência social. A gente sabe que a previdência é tema de debate constante, a gente faz uma reforma da previdência já pensando na próxima, faz a próxima e já está pensando na terceira, e assim sucessivamente. Não é nenhuma novidade que o Brasil já comece a pensar numa próxima reforma da previdência, visto que atualmente a previdência continua deficitária. A gente teve uma reforma que ajudou a reduzir o déficit, mas que não resolve o problema previdenciário brasileiro. Eu trouxe um estudo mais comunicativo, digamos assim, de três autores brasileiros, com os dados da pesquisa nacional para mostra de domicílios, que mostra que esses

trabalhadores, em sua maioria, recebem mais que um salário mínimo. Cerca de 47,1% recebem mais que um salário mínimo, mas menos que dois. Alguns recebem de dois a cinco salários mínimos. De um a dois e de dois a cinco. Então, a imensa maioria está entre um e cinco salários mínimos. A proposta do governo garante um salário mínimo para o trabalhador, a hora paga pelo aplicativo teria que ser um salário mínimo do trabalhador. Esses trabalhadores, é claro, como a maioria não paga a previdência, não está sendo considerado aqui o custo da previdência. Na proposta do governo estaria sendo contemplado o custo da previdência. Então, o trabalhador recebe o salário mínimo como qualquer trabalhador recebe o salário mínimo brasileiro, parte do salário dele já foi deduzida para a previdência social, que é 7,5%, se eu não me engano, na proposta do governo; 20% é de dedução a partir do aplicativo da Uber. Se a gente considerar que existem outros trabalhadores por conta própria no Brasil e comparar eles com trabalhadores por aplicativo, a proporção de quem contribui para previdência é ainda menor dos que são de aplicativo. Então, não é só o fato de ser conta própria. Por alguma opção, eles não estão contribuindo para a previdência. Uma das hipóteses que eu levanto é: se esse trabalho é de complemento à renda e eles já têm um trabalho no qual estão contribuindo para previdência, por que contribuiriam também para a previdência no outro trabalho? É um trabalho complementar, às vezes é final de semana, às vezes no final do dia, por duas ou três horas, para pagar uma conta diferente, um financiamento ou alguma coisa necessária que a pessoa está fazendo. Então, tem essa diferença na arrecadação por parte da previdência. Os autores inclusive falam sobre essa preocupação da previdência, esse estudo que eles fizeram foram os dados... Os dados são da pesquisa nacional de amostra de domicílios do final de 2022. Só que eles saíram no final do ano passado, esse suplemento com informações sobre aplicativos, e esses dados saíram entre final de outubro e começo de dezembro, esses autores já tinham feito uma leitura dos dados e tinham escrito algum texto assim, não é um texto científico propriamente dito, apesar de haver aspectos científicos no texto. Aí o que eles falam? Que seria importante pensar alguma forma de a previdência não ser penalizada, mas, por

outro lado, não penalizar os trabalhadores, uma vez que esses trabalhadores dependem dessa receita, desse ganho para sobreviver, para pagar as conta. Então, a sugestão deles seria aumentar a porcentagem de contribuição previdenciária, tentando estipular um preço que é feito a partir do custo. O que a gente vê hoje? A receita do trabalhador. Qual é a receita do trabalhador por hora no aplicativo? Tantos reais. Só que naquela receita não está sendo considerado todos os custos. O custo principal é o custo do combustível, todos sabemos, mas tem o custo da manutenção do carro, o uso do carro gera manutenção; o risco, que tem que ser adicionado aí, que é o risco inerente de acidentes, em cada acidente, como o nosso colega vai poder falar, em cada manutenção no carro, são dias sem poder trabalhar; e, a partir da consideração de todos esses custos, fazer alguma contribuição sobre o ganho líquido desse trabalhador, dessa trabalhadora. Estou falando “trabalhador”, mas estou fazendo referência a trabalhadores e trabalhadoras.

Quais seriam esses impactos da regulação hoje, no Brasil? Não se tem um estudo, não se tem uma projeção de como aconteceria isso. O que o governo faz, geralmente, é: “Olha, a gente vai fazer essa contribuição, a gente vai ter tanto de arrecadação.” Mas o tanto de arrecadação considera uma perda pequena da receita dos trabalhadores. Mas muitos trabalhadores que hoje, por exemplo, trabalham poucas horas no aplicativo, provavelmente uma vez que os ganhos vão ficar bem menores, vão acabar não trabalhando mais no aplicativo, que, daqui a pouco, aquelas duas ou três horas do final do dia em que você tentou pegar com aplicativo, o teu ganho está tão pequeno que não vale a pena abrir mão do tempo com a família, abrir mão de estar com os amigos ou descansando em casa para trabalhar. Então, a gente teria uma redução da oferta do serviço muito provavelmente.

Outra coisa que que causaria, além disso, seria o aumento do custo. Então a gente vai banir uma parte da população do acesso a aplicativos. A gente sabe que não são todos os brasileiros que têm acesso ao aplicativo, primeiro, porque há lugares em que ainda não chegou o aplicativo, lugares muito distantes do Brasil, mas a gente tem, por exemplo, aqui em Porto Alegre, em que os

aplicativos estão inseridos no Município inteiro, a gente tem pessoas que não têm condições financeiras de arcar com o custo de um aplicativo de transporte. Mas a gente vai aumentar esse contingente de pessoas, porque, se a pessoa não consegue pagar R\$ 10,00 para fazer um deslocamento “x”, para fazer o mesmo deslocamento, a pessoa tem que pagar, por exemplo, R\$ 13,00, a gente reduz o número de pessoas que tem R\$ 13,00 para pagar esse deslocamento. Então, o provável que vá acontecer é uma redução do serviço, tanto pelo lado da demanda, em que os consumidores vão usar menos, quanto pelo lado da oferta, em que teremos menos trabalhadores sujeitos às normas do aplicativo. Uma coisa que os próprios trabalhadores argumentam é que, como terá uma regulamentação quanto ao valor, eles têm de essa regulamentação estipular um mínimo e aquele ser o valor a ser pago, e não mais ser um valor que hoje eles recebem. Então, seria abaixo do que eles recebem como trabalhadores de aplicativos.

Como a gente tem esse aumento no custo dos passageiros, a gente também vai ter um efeito sobre a inflação, não dá para saber se esse efeito vai ser muito significativo ou não, mas a gente vai ter um efeito inicial sobre a inflação, possivelmente a gente tenha um efeito sobre transporte público, mais superlotação uma vez que menos gente vai estar usando aplicativos, então vai ter uma demanda maior por transporte público. A gente sabe de todos os problemas do transporte público brasileiro. Não entrando, especificamente, em nenhum município, mas no Brasil a gente tem um sistema que ainda carece de melhorias.

Então, em princípio, as perspectivas para uma regulação são essas. Se por um lado o trabalhador acaba tendo a Previdência Social, por outro a gente vai ter, provavelmente, exclusão de trabalhadores, exclusão de consumidores, e efeito sobre a inflação e sobre o transporte público brasileiro.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Muito bom. O Sr. Ricardo Silva de Oliveira está com a palavra.

SR. RICARDO SILVA DE OLIVEIRA: Sou Ricardo Oliveira, tenho 32 anos, moro no bairro Restinga. Eu vou resumir um pouquinho sobre a minha pessoa e sobre como o aplicativo é para mim. Sempre trabalhei como CLT, carteira assinada, meu último emprego agora foi numa empresa terceirizada, de motorista particular, pelo Tribunal de Justiça, tinha um salário bom, ganhava bem. Eu ia às segundas e, às sextas-feiras, eu voltava para casa. Então, eu só via a minha família nos sábados e domingos. O que acontece? Trabalhei dois anos nessa empresa, até que sempre me falaram sobre aplicativo, que eu teria um tempo melhor, uma qualidade de vida melhor. Aí eu optei em sair, conversei com a gestão da empresa, fizemos um acordo, enfim, eles optaram por me mandar embora, porque eu sempre fui um funcionário exemplar ali, sempre cumpri com minhas obrigações. Me mandaram embora e uns dois, três meses depois, consegui me cadastrar e entrei pela plataforma. Então, sou motorista novo no aplicativo, sei que tem gente que está desde o começo da plataforma, há cinco, seis anos trabalhando, eu estou atualmente há sete meses. Esses sete meses, como estão sendo para mim? Eu consigo sair com meu filho, tenho um filho de 13 anos, consigo ter mais tempo com a minha esposa, a renda que eu tinha no mês, eu consigo fazer numa quinzena ou talvez numa semana. O meu tempo de trabalho é 12 horas. Como eu faço minhas três horinhas de intervalo, vou para casa, almoço com a minha família, então, o que eu penso sobre? Para mim, tem sido muito bom, porque essa plataforma me ajudou a ter um pouco mais de tempo com a minha família e um pouco mais de tempo de qualidade, e adquirir também algumas coisas a mais. Para mim, isso tem sido bom. Agora, essa questão de taxação, isso que está acontecendo, eu vejo muitas pessoas falando sobre isso, mas eu só estou acompanhando, vendo algumas ideias. As pessoas falam mal, falam ruim, como o professor estava falando há pouco aqui. Tem um ponto aqui, deixa eu ver... Que, para mim, chamou atenção...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sobre o banimento.

SR. RICARDO SILVA DE OLIVEIRA: O banimento, que pode ter demais pessoas fora da plataforma, então vai ter mais pessoas desempregadas. Isso, eu acho que ajudou... É como eu penso: tem muitos trabalhadores desempregados no Brasil; por quê? Porque, como eles não pagam impostos, não têm uma carteira assinada, não têm o controle de saber quantas pessoas estão desempregadas, estão trabalhando. A plataforma ajudou muitas pessoas a hoje terem uma renda, a trabalhar. Se a gente for falar, tem outros trabalhos que também as pessoas, vamos supor... Tem gente que abre em casa uma hamburgueria – não paga imposto; tem pessoas que abrem ali um barzinho. Todo mundo, hoje em dia, está achando uma forma de poder ter a sua renda para poder trabalhar e adquirir essas coisas dentro da sua casa. Então meu ponto de vista em relação a isso, por enquanto é esse. E questão da qualidade de vida, isso, para mim, é um ponto muito forte, porque eu consigo, através da plataforma, ter esse meu tempo. Vou dizer outra coisa: eu trabalhei com meu carro próprio, realmente, tem um custo a mais em questão de manutenção, em questão de várias ideias que podem acontecer com o carro; hoje eu alugo, e por que eu alugo carro? Porque eu não tenho custo com manutenção. Pago o seguro, e qualquer acidente que acontecer ali, o seguro serve para isso, o seguro vai cobrir, e a questão de se eu me machucar ou alguma coisa, eu pago o INSS, essas coisas, para se acontecer de eu ficar parado eu ter como acionar e ter onde recorrer. Então eu acho que para mim, no momento, tem sido bom como está tendo andamento. Eu trabalho em Porto Alegre, o meu horário de trabalho é das 19h às 7h, eu trabalho na madrugada de Porto Alegre, ando em todos os bairros de dentro de Porto Alegre, nunca fui assaltado, nunca corri risco que podia prejudicar minha vida. Eu entro em todos os pontos que muitas pessoas às vezes têm medo de entrar, porque eu sei que tem pessoas às vezes dentro de um bairro que é muito restrito de ônibus, de alguma outra coisa; eu vou lá porque pode ser o caso de ir no hospital, alguma emergência. Eu optei por trabalhar nesse horário, então eu trabalho só de segunda a sexta. No momento, não sei se eu respondi às perguntas certas, se é a visão que vocês estão esperando, mas o que a plataforma tem feito na minha vida por enquanto foi isso.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Muito bom. O vereador Mano está com a palavra.

SR. LUIS CARLOS AZEVEDO DA ROSA: Bom dia, presidente da Comissão; demais vereadores; Ver. Tiago, que tem sido um irmão nessa caminhada, eu creio que é um passo muito importante, apesar de ser um tema de nível nacional, mas a gente dá início a uma discussão aqui nesta Casa, que pode resultar em bons frutos. Eu estava escutando o professor aqui, faz mais de uma semana que eu estou consumindo material a respeito desse assunto para poder entender um pouquinho melhor o que governo federal quer propor para os aplicativos, e eu cheguei a uma conclusão: se a Uber, o governo e o sindicato estão felizes, não é coisa boa para os motoristas, porque quando três forças se unem para meter a mão onde eles não estavam metendo a mão, então tem coisa errada. E aí fui ver vários professores, assim como professor aqui explicando, e quando se fala em pagar receita federal e outras coisas, algumas contas parecem muito bonitas, Ver. Tiago, mas lá no final, se tu fores parar para analisar, elas são ideias que vão acabar tirando o emprego de muitas pessoas e vão tornar inviável, porque hoje uma grande parte dos aplicativos, dos motoristas, aluga o carro; a maioria às vezes não tem o seu carro, para precisar alugar. E, professor, como foi colocado aqui, nesta conta do governo não foi colocada a manutenção do carro, não foi colocada a gasolina, não foi colocado o valor do aluguel, não foi colocada a multa, não foi colocado o prejuízo que ele tem durante o dia no seu trabalho, enfim, o governo arrumou uma forma de poder meter a mão numa grande fatia de um dinheiro que ele não produz, de uma coisa que ele não aplicou, ele está querendo ser sócio de um negócio em que ele não investiu nada – essa é a grande realidade, esse é o grande problema nosso hoje. Eu baixei o projeto do governo, já li duas vezes esse projeto para tentar entender o que o governo federal está propondo para os aplicativos. Eu não encontro, nesse projeto de lei, que o motorista de aplicativo não vai precisar pagar IPVA – hoje o motorista de táxi não paga –, que o motorista de aplicativo, no momento em que for

regularizado, vai ter desconto na compra do carro, não tem. A única coisa que eu encontrei nesse projeto aqui é que o governo está propondo, para mulher que for é motorista de Uber, que ela possa ter o direito ao auxílio-maternidade, é a única coisa viável que eu vejo dentro desse projeto, que possa ser um benefício. No demais, é a forma de o governo taxar um serviço que tirou muitas famílias do sufoco – sou conhecedor de várias pessoas que, se não fosse o aplicativo do Uber, estariam desempregadas, sem poder levar o sustento para dentro da sua casa. E o governo agora quer taxar de uma forma, assim, prejudicial. Só para terminar o meu raciocínio, sei que a Uber cobra uma taxa dos senhores. E o projeto diz que a Uber vai pagar 20% dos 27% que a Uber paga. Eu pergunto para os senhores: a Uber vai tirar esses 20% da taxa que ele cobra de vocês? Não. A Uber vai taxar mais vocês para poder tirar os 20%, essa é a grande realidade, gente. Não se enganem que a Uber vai tirar 20% do ganho deles, Ver. Tiago, para pagar a Receita Federal, ela vai taxar mais o motorista, vai taxar mais o usuário, para que ela possa tirar... Hoje, em torno de 40 a 60% que ela cobra dos motoristas; então, preparem-se porque ela vai taxar mais vocês porque a Uber não vai tirar do ganho dela para pagar essa proposta que o governo está propondo. Então, os senhores e as senhoras têm na mão o poder de começar a se manifestar, de começar a questionar os deputados, os senadores para que essa proposta seja barrada, até porque o Presidente Lula agora pediu com urgência; então, esse pedido de urgência do Presidente quer dizer que essa proposta pode ser aprovada nas escondidas, no calar da noite. E, quando a gente ver, os aplicativos estão sendo taxados, e muitas pessoas que hoje vivem, dependem da Uber, podem ter os seus empregos ameaçados, porque a pessoa final, que é o cara que usa, a pessoa que usa, vai ficar mais caro para ela, vai ficar mais caro para os senhores que estão no dia a dia na cidade. Seria essa minha manifestação, Ver. Tiago.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Obrigado. O Sr. Alex Sandro Cordova está com a palavra.

SR. ALEX SANDRO CORDOVA: Bom dia a todos, trabalho como motorista de aplicativo há mais de oito anos, tenho mais de 30 mil viagens. A aprovação desse PLP para nós, no entendimento da grande maioria e no que eu li ali, vai ser totalmente prejudicial. Para mim se torna inviável, trabalho com carro locado hoje em dia. E não tem como tu descontar os 7,5%, descontar locação, ter vários descontos, além do que a gente já tem hoje, a taxa da Uber é absurda, vai de 40 a 60%, dependendo da viagem, então se torna inviável. Hoje é a minha principal renda, dependo muito dela para sustentar minha família; isso vai se tornar inviável. A carga horária da gente já é muito grande – eu trabalho das 7h até as 22h, meia-noite, 1h, conforme está o movimento. Então, concordo totalmente com vereador, com o que ele disse, eu li ali também, imprimir, não tem nenhum benefício para o motorista; pelo contrário, só tem a parte da exigência, é um sócio que não entrou com dinheiro e quer ganhar os lucros. Então a gente precisa ter uma regulamentação? Precisa! Tem que pagar imposto? Tem, mas hoje já tem uma forma. Eu sou MEI, pago meu imposto, referente ao MEI, alguma coisa mais simples para gente fazer. A maioria das pessoas, dos motoristas que eu conheço não quer trabalhar de carteira assinada, por quê? Porque ele quer ter a liberdade, caso precise trabalhar mais horas para cumprir um objetivo dele, ter essa liberdade. E o governo taxando a R\$ 32,09 a hora, em deslocamento com o passageiro, não é porque eu comecei às 7h, e vou terminar à meia-noite, quer dizer que eu trabalhei “x” horas. Não, para ele só conta quando eu pego do ponto A ao ponto B. Durante o dia, se eu fiz dez corridas de dez minutos, é só isso que eu trabalhei para o governo e para a Uber. Eu acho que está errada essa forma; a gente tem que ganhar por quilômetro e por tempo. A gente tem variações de trânsito, sair daqui nesse horário e ir até o Moinhos de Vento dá vinte minutos; no final da tarde, dá quarenta, então, tem uma diferença. Eu acho que não pode ser votado em caráter de urgência isso, eu acho que tem que ter uma discussão maior. Esses sindicatos que estão lá que dizem que nos representam, eu não conheço ninguém, nunca ninguém falou comigo ou com qualquer um dos outros meus amigos, companheiros de trabalho, então, não tem uma representação. Isso está mais cheirando a um acordo do que realmente

uma discussão de sentar lá com o governo, com o trabalhador e definir o que tem que ser feito. Tem que ser bom para todas as partes, senão não funciona. Se a regulamentação entrar nessa maneira em caráter de urgência, for votada e for aprovada, vai ter muita gente que vai sair. E quem ficar, quando chegar lá na parte de pagar o Imposto de Renda, é que vai se lembrar que o rombo vai ser muito maior, porque no PL não diz que tu vais pagar como pessoa jurídica; tu vais pagar como pessoa física. Qualquer motorista de aplicativo hoje que trabalhe pouco, ele vai ultrapassar, então vai ficar lá na faixa dos seus dezessete, dos seus vinte e poucos por cento. Chega no final do ano, se tu faturaste cem mil, é um volume muito grande para pagar, só que o pessoal só vai se dar conta disso na hora que for pagar o imposto. E hoje muito motorista não declara nada, a gente sabe disso, muito motorista não se preocupa com isso, porque acha que o governo não vai cobrar, e tem que cobrar, é a parte dele: tu estás ganhando, tens que declarar teus ganhos. Não há problema nenhum com isso, só que a maneira que ele fica colocado é que eu acho errada e a maioria dos colegas também acha errada. Obrigado pelo espaço. (Palmas.)

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Obrigado. Vamos registrar a presença do Ver. Jessé Sangalli. Bom tê-lo conosco. Vamos passar a palavra ao Ver. Major Dias, vereador de Cachoeirinha.

SR. FRANCISCO BELARMINO DIAS: Bom dia a todos. Agradecer a Deus por este momento, às pessoas que estão encabeçando aqui, o nosso Ver. Tiago de Porto Alegre; aos demais, o nosso Gustavo – professor de economia – e aos motoristas de aplicativo hoje presentes.

Eu mobilizei o meu gabinete nessas questões, quando eu vi falar na grande mídia a relação da regulamentação dos aplicativos. E, por minha sorte, o Ver. Mano, um vereador muito atuante em nossa cidade também já estava fazendo esse movimento. A gente tem humildade, embora ele seja oposição lá e eu seja situação, eu o chamei no gabinete ontem e tive a liberdade de perguntar se poderia participar da audiência, e ele prontamente: “Vamos somar!” E quando

começou essa discussão na mídia, a primeira posição que eu tive, como residente da minha cidade, Cachoeirinha, eu comecei a andar mais frequentemente de Uber, para fazer a pesquisa diretamente do que estava sendo afetado. Todos, sem exceção, todos os vereadores e aplicativo disseram que são contra essa medida, essa regulamentação. E aí começou, de fato, a me preocupar muito que, quando os poderes lá se reúnem, o colega, acho que é Marcelo ou Alex que deu o discurso agora, será que não está sendo um acordo? A gente tem essa preocupação, o sindicato. As informações que a gente ouviu aqui é que o sindicato não está sendo ouvido, a categoria, que é o que está sendo afetado diretamente. Por isso, Cachoeirinha aderiu vir para Porto Alegre, que é a capital do Rio Grande do Sul, com certeza, será mais bem ouvida, mais assistida. Não vamos deixar também de fazer esse movimento na nossa cidade em defesa dessa categoria que facilitou muito a vida dos usuários. A gente sabe que o transporte público no Brasil está uma decadência muito grande, o transporte em massa não é tão fácil de gerenciar, então houve essa oportunidade, essa chance. Eu vejo que colegas meus, às vezes, estão trabalhando e, de uma hora para outra, chegam lá na empresa e a empresa está fechada, estão desempregados e a primeira coisa que eles apelam é para o aplicativo, para sustentar a família. E o bom de tudo, de fato, que nem falou o nosso amigo Ricardo, é que está mais próximo da família, você tem mais liberdade do seu horário de trabalho. Então, a gente vai estar disponível, não vou me alongar muito. Eu vim mais para ouvir mesmo a categoria, os colegas vereadores, para a gente estar junto nessa luta. Obrigado pelo espaço. Obrigado às pessoas que nos assistem. (Palmas.)

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Obrigado, Ver. Mano e Ver. Major Dias, vereadores que vieram de Cachoeirinha para estarem conosco. O nosso registro de satisfação e agradecimento pela presença de vocês. Vamos passar a palavra agora ao Claudio, que é motorista também de aplicativo.

SR. CLAUDIO FREITAS OLIVEIRA: Muito obrigado. Bom dia a todos os presentes, Tiago, os vereadores. Eu sou o Claudio Freoli, tenho 51 anos, sou motorista de aplicativo desde a virada de 2019 para 2020. Estamos falando sobre o PL que é horrível, terrível, isso aí a gente só está chovendo no molhado, isso aí todo mundo já sabe. Eu só queria fazer dois pontos, duas análises: primeira, a questão do custo que vai aumentar. Eu não creio que aumente para o usuário, não vai aumentar para o usuário. Isso vai sair tudo, falando o português mais bruto, vai sair do lombo do motorista esse valor todo. O que acontece na Uber? Eu vou falar na Uber, no 99, mas a Uber é a que monopoliza o negócio. A Uber vai jogar no lombo do motorista porque ela consegue manipular os motoristas. Ela não vai jogar para o usuário porque o usuário vai sair da Uber, vai procurar outras formas de transporte, vai voltar para o ônibus, para o táxi. Então ela vai jogar para o motorista, porque enquanto tem 10 motoristas que trabalham, escolhem corridas para ver a corrida que é mais vantajosa, tem 10 que pegam qualquer coisa que aparece. Ela sabe, ela consegue com o *lobby* dela, ela manipula os motoristas. Isso é um ponto. O outro ponto que eu queria comentar é o seguinte, eu não sei se o pessoal se ligou nisso, que o INSS, no momento que for aprovada esse projeto, o INSS vai ser retido na fonte do motorista. Então encerrando a corrida, já está retido. Então vamos trabalhar com os R\$ 32,00. Fez a corrida, R\$ 32,00 na hora trabalhada, no final da hora, encerrou a corrida, tu vais ter ali, vamos fazer uma conta rasa, R\$ 1,00 de retenção de INSS foi retido; tu não vais receber R\$ 32,00, vais receber R\$ 31,00, já vai na tua conta direto na hora R\$ 31,00. Um real por motorista por corrida. Supondo que o motorista faça 20 corridas por dia, são R\$ 20,00 de cada motorista; 500 mil motoristas ativos no Brasil, durante o dia, faz a conta, vamos fazer uma conta rasa, R\$ 1 milhão por dia de retenção. Olha a receita financeira que vai cair no colo da Uber porque ela só vai pagar esse INSS no dia 20 do outro mês. Olha a receita que caiu no colo dela de graça saindo do lombo dos motoristas. Vai sair do nosso lombo isso, enquanto o dinheiro podia estar com a gente para pagar o MEI, pagar o INSS como autônomo, vai estar no cofre dela, gerando lucro para ela, uma receita financeira, de um dinheiro que é nosso, que ela só vai pagar 50

dias depois, porque ela pegou no dia primeiro e vai pagar no dia 20 do outro mês, e por isso mês afora. Tudo isso saindo do nosso trabalho, a gente vai ganhar menos, já vai reduzir o valor que a gente vai receber, vai ser retido na fonte e ela vai ganhar esse dinheiro de graça que ela não esperava dessa receita financeira, porque não vai ficar parado esse dinheiro no cofre dela lá de graça. Eles vão aplicar esse dinheiro, de alguma forma ou de outra, é um dinheiro que sai do nosso lombo. E essa outra questão que eu acho que não vai aumentar o custo para o usuário final, vai aumentar para nós, vai sair do nosso, esses 20% vão sair do nosso, eles não vão jogar fora o usuário. O usuário vai continuar pagando o que paga, porque uma coisa que a Uber fez, principalmente ela e a 99 também, mas menos, mais a Uber, ela precarizou demais o valor das corridas e tirou do lombo do motorista. Então o usuário se acostumou a pagar um valor barato e ela não vai aumentar esse valor, porque o usuário vai chiar e vai sair fora, não vai para outra plataforma, vai procurar outra forma de se locomover. Acredito que é isso que vai acontecer. Dia 26 tem uma manifestação nacional que eu espero que seja forte, não estou levando fé, mas espero que seja, porque geralmente quando tem essas manifestações, a Uber com o lobby dela joga promoção, joga turbo, joga muita coisa e os motoristas vão lá para a manifestação, metade vai e a outra metade vai trabalhar para aproveitar e não tem nada errado. Cada um é livre para fazer o que quer, mas o cara aproveita para ir trabalhar porque está tendo promoções, e a outra metade está lá batalhando pela categoria. Acho que é isso. Obrigado. Bom dia.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Obrigado, Cláudio. O Ver. Gilson Padeiro está com a palavra.

VEREADOR GILSON PADEIRO (PSDB): Bom dia a todos, quero saudar aqui O nosso presidente Airto Ferronato, o Ver. João Bosco Vaz, que trouxe a pauta aqui, uma pauta muito importante, meu amigo Tiago Albrecht, vereador que também luta pelos aplicativos, o Ver. Jessé Sangalli. Semana passada teve um debate nesta Casa junto com o deputado federal Zucca. Também quero fazer

uma saudação aqui ao major Dias, colega vereador de Cachoeirinha, junto com o Ver. Mano e as suas assessorias aqui, fazer uma saudação aqui para o professor Gustavo e também para o Ricardo Oliveira, profissional de aplicativo que luta. Essa proposta de aplicativo trouxe qualidade de vida para ele, como trouxe para muita gente. Eu tenho muitos amigos que também trabalham nesse tipo de plataforma, eu tenho amigos que trabalham durante o dia e quando têm uma hora, duas horas, três horas fazem o aplicativo para aumentar sua renda e para dar mais qualidade de vida. Eu acho essa pauta muito importante para debater na Câmara de Vereadores e também para poder levar para o Estado, de repente fazer um trabalho junto à Assembleia Legislativa e para levar para governo federal, porque cobrar é muito fácil. Isso vai dificultar no dia a dia desse pessoal trabalhando. Quando o Cláudio falou sobre 500 mil aplicativos, não, são milhões de aplicativo, e isso não é R\$ 1,00, falando em 7,5% de cada R\$ 100,00 são R\$ 7,50. Isso daria R\$ 2,50 em R\$ 32,00, aumentaria muito mais ainda e buscando esse dinheiro em aplicações, como fica retido, é muito rendimento. Mas a minha contribuição é essa, agradeço a oportunidade, presidente, e deixo a palavra para o meu amigo João Bosco. Um abraço.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Passo a palavra para o Ver. Jessé Sangalli.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (CIDADANIA): Eu estava entregando panfleto de manhã, estou meio rouco ainda. Muito bom dia, bom dia e bom trabalho para todo mundo aí. Queria, primeiro, parabenizar o Tiago. Semana passada, na reunião que nós fizemos, nós tentamos, inclusive, combinar com o Tiago, mas a direção não permitiu, porque tinha questão de horário, então as pessoas que vieram na nossa reunião acabaram ficando numa sala menor, mas o Ver. Tiago se propôs a permitir a gente usar o espaço que ele tinha reservado para um outro evento. Quero agradecer pela parceria e demonstrar que ele está lutando, de fato, pelo trabalho de vocês. O que aconteceu? Vocês devem ter observado um vídeo que eu fiz aqui na tribuna falando sobre a tributação, sobre o quanto isso

vai impactar vocês e como isso é ruim para o usuário, para o motorista. Em função disso, alguns me pediram para entrar nessa discussão, daí, como nós, da Câmara, não temos muito o que fazer, a gente convidou alguns deputados federais, e quem assumiu esse protagonismo no Rio Grande do Sul foi o deputado Zucco. Ele ouviu os que puderam comparecer na quinta-feira da semana passada, confesso que foi um dia ruim, porque quinta-feira, às 17h30min, é um horário que está puxando muita corrida, então, algumas pessoas não puderam comparecer, mas ficou a *live* inteira no YouTube. Quem quiser acompanhar pode ir lá no @sigajessesangalli, no YouTube, que é o canal onde foi feita essa gravação. De lá surgiram algumas demandas de vocês, porque o que é que vocês precisam? Primeiro, é que a urgência seja acabada, para que vocês tenham um tempo para conseguir discutir com os deputados as questões que são importantes para a categoria. Se for votado em urgência, vai votar como está e para vocês é ruim. Então, a primeira demanda que foi solicitada para o Zucco, que ele vai levar a partir desta semana lá, é acabar com a urgência e, depois, trazer para as comissões, para poder discutir caso a caso. Esse foi o compromisso que ele tirou com vocês.

Só que a categoria pediu algumas demandas, e a gente escreveu essas emendas na sexta-feira da semana passada. Ontem o meu assessor legislativo levou essas emendas para a assessoria do Zucco, e ele se comprometeu a apresentar hoje. São três emendas, eu encaminho depois para quem me pedir no WhatsApp, não vou lembrar de todas, porque foi algo construído entre vocês e a assessoria jurídica. Os motoristas pediram para a assessoria jurídica, depois isso foi encaminhado direto para o deputado, e ele vai apresentar hoje lá, compromisso do deputado.

Mas tem uma questão que vocês não me pediram, mas eu fiz questão de colocar, eu acho que contempla vocês por tudo que eu escutei. Existem pessoas que acham que a culpada é a Uber ou a culpada é a 99, que superexploram os trabalhadores. Eu discordo dessa afirmação, por quê? Porque a Uber enfrentou os táxis, enfrentou o *lobby* e permitiu que vocês pudessem trabalhar. Eles desbravaram esse terreno para permitir que existisse esse tipo de modal, e óbvio

que teve todo esse custo de pagar várias indenizações, vários processos ao longo desse tempo e tal, e agora ela está coletando esse lucro, coletando o investimento dela. Qual é a contramedida para vocês? Que novas plataformas surjam que não tenham esse custo e que vocês possam ter mais barato, e muitos de vocês estão se organizando em cooperativas. Uma das preocupações que me trouxeram é que justamente essa regulamentação vai reservar mais mercado para a Uber, vai matar as pequenas iniciativas que você já estão iniciando. Então, qual foi a minha emenda que eu sugeri para o Zucco que, na minha opinião, resolve todos os problemas? Se a Uber está em conchavo com o governo federal agora, porque, no passado, queriam acabar com a Uber, se agora a Uber e as grandes empresas estão em conchavo com o governo federal, deixa eles fazerem a regulamentação que eles quiserem. O meu artigo, a minha sugestão para o deputado é que qualquer regra que saia de lá não se aplicará a cooperativas, que terão regramento próprio, que é exatamente o que vocês estão buscando dentro as cooperativas. Tem a Liga Coop, tem em Santa Maria e tem em outras regiões. Se vocês forem não funcionários, mas parceiros, como dizem, porque, na verdade, já não são funcionários, hoje vocês têm a possibilidade de ser parceiros da Uber ou parceiros da 99, mas, na prática, vocês são sócios das cooperativas que vocês se associam. Daí, no caso, seria uma forma de fazer uma lógica de reserva de mercado ao contrário. A Uber tentou utilizar a força estatal para reservar mercado para ela, matando as pequenas. Assim seria uma forma de fazer o contrário. Deixa que eles criem as regras que eles queiram, e as cooperativas terão contrato próprio com as pessoas que se associarem, e as melhores regras vão ter mais chance de prosperar. Foi uma sugestão que eu trouxe, lembrando que qualquer regra trazida pela oposição vai ter toda a resistência que a oposição vai ter, porque, obviamente, o governo não vai querer dar essa vitória. Ficou aí, foram três emendas, me peçam, por favor, no WhatsApp, porque eu não vou lembrar, mas a principal é a questão do quilômetro rodado, devia ser por hora, vai ser por quilômetro tabelado, algo nesse sentido, que, particularmente, eu não concordo, porque eu acho que meio que torna vocês um táxi. Mas, como foi uma demanda de vocês, e o deputado aceitou, foi

colocada no projeto. São três emendas, quem quiser me pedir pode me pedir no WhatsApp, e essa emenda, que faz com que todas as regras sejam conforme for, exceto para cooperativas, que terão contrato específico para cada cooperativa. Valeu, obrigado, espero que vocês consigam vencer na demanda de vocês.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Muito bom, Ver. Jessé Sangalli. Mais alguma inscrição dos nossos presentes? (Pausa.) Não. Passo a palavra depois ao Ver. Tiago, que, como proponente, vai fazer a sua manifestação final e encerrar a nossa reunião. Ver. João Bosco Vaz.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Bom dia a todos. Só para resgatar o que foi e como transcorreu dentro desta Casa a questão dos aplicativos. Um vereador colega nosso apresentou um projeto proibindo o Uber em Porto Alegre lá atrás, quando as discussões iniciaram, e era uma pressão muito grande dos taxistas aqui. Eu era, na época, um dos representantes dos taxistas aqui, e esse projeto que proibia o Uber acabou sendo aprovado. Quem salvou esse projeto, modéstia à parte, foi uma emenda que eu – que representava os taxistas, contra eles, portanto, junto com a Fernanda Melchionna... Quando a gente viu que esse projeto ia ser aprovado, proibindo o Uber em Porto Alegre, nós fizemos uma emenda no seguinte sentido: só está proibido até ser regulamentado. Ganhamos um tempo, aí foi regulamentado e abriu esse manancial amplo de trabalho, de empregos, mas nós tivemos aqui um embate muito forte. Esse projeto aqui, eu acho, eu não sei se tu lembras, acho que foi aprovada por unanimidade, que era uma pressão enorme, mas essa emenda do PSOL e do PDT, nós conseguimos manter viva essa possibilidade. Só queria passar essa informação, porque não foi fácil aqui dentro desta Casa barrar essa situação toda. (Palmas.)

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Correto, meu caro vereador, antes de passar a palavra ao Ver. Tiago, estava cá, eu primeiro, já faz algum tempinho, pensando num encaminhamento final. Desta reunião, nós vamos tirar,

poderíamos tirar uma posição enquanto oficial da comissão, e a minha proposição vem exatamente nos termos do que o Ver. Jessé Sangalli falou – a urgência. Então nós temos a possibilidade de encaminhar uma aprovação, de pedir para que não haja a urgência, e, dessa aprovação, nós encaminharíamos ao Congresso, ou nós ficamos, vamos assim, juntos, com a proposta do deputado Zucco, que já pediu a não urgência. É isso, Sangalli?

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Eu não sei, se ele protocolou nesse instante...

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Mas vai pedir, né.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): O compromisso dele era solicitar, como bancada do PL, a retirada da urgência e que voltasse para as comissões e daí ia levar as emendas que fizeram aqui, três emendas, mais essa quarta, que eu propus.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Muito bem, então, vamos consultar os nossos vereadores da comissão. Encaminhamos um documento pedindo a retirada da urgência lá no Congresso Nacional, e eu voto favorável, o Tiago também, Gilson Padeiro, e o João Bosco também. Então, nós vamos encaminhar essa decisão lá para o Congresso Nacional e ficamos, vamos dizer assim, num adendo àquilo que o deputado Zucco encaminha.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: (Início do pronunciamento fora do microfone. Inaudível.) ...encaminhar também para a bancada gaúcha.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Está bem, então, encaminhamos ao Congresso e à bancada gaúcha. Está aprovado. Eu vou passar a palavra ao Tiago, antes de mais nada, trazendo meu abraço a vocês e cumprimentando

pela presença aqui na nossa comissão, bela reunião, um assunto interessante também que tratamos aqui. O Ver. Tiago está com a palavra.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Muito bem, obrigado, presidente Ferronato. Sobre essa documentação, Ferronato, eu tenho planos de ir a Brasília pessoalmente para levar esse documento, como vice-presidente da CEFOR, entregar para a coordenação da bancada gaúcha e também para os nossos deputados. O Ver. Jessé Sangalli inclusive está convidado, se quiser somar forças. Acho que a pauta da liberdade não tem dono, nós somos servos da liberdade e onde ela está atacada – não é, Ver. Jessé, Ver. Gilson, Bosco, presidente, vereadores, major, também, Mano, demais presentes –, onde a liberdade está ameaçada, nós somos soldados dessa causa. Alguns rápidos pontos, depois, para o Frio, de repente ainda responder, se tiver dois minutinhos, a questão: vai diminuir o valor pago pela Uber? Porque hoje existe um mínimo que é maior do que o governo está propondo. Então, se você, de repente, quiser só clarear um pouquinho mais... Tu falaste ali *en passant*, se de repente, em dois minutinhos, tu quiseres clarear um pouco mais essa questão depois, de repente, eu te dou uns minutinhos só para concatenar. Bom, as minhas ponderações políticas, agradecer a vocês que vieram, os motoristas que vieram, estão deixando de ganhar dinheiro, estão parados aqui, mas tenham certeza de que não estão deixando de contribuir com a causa da República. A gente sabe que essa é uma pauta federal, mas começa na cidade, começa, Jessé, tu que és um vereador que tem andado muito pela cidade, tem visto inclusive, ali certamente os motoristas têm também te abordado. É no Município que começa essa discussão, conosco, vereadores, Mano, em Cachoeirinha, também o major, e nós acionarmos os nossos deputados, especialmente, federais, e senadores, porque é no Congresso que a porca torce o rabo, como a gente diz lá no interior do Paraná. Mas não se enganem, a Uber é a favor, isso já foi dito aqui, a Uber está a favor desse assunto. Quero também saudar o Richard, nosso pré-candidato a vereador pelo NOVO em Porto Alegre, que também já está preocupado com a cidade, está aí representando os pré-candidatos de todos os

partidos. A Uber é a favor desse projeto, porque ela quer o monopólio. A gente precisa sempre defender o livre mercado, independentemente de empresas, essa é a minha tese. Se a gente defende o livre mercado a não interferência estatal, nós estaremos defendendo todas as empresas que querem competir de maneira honesta e sem cartelização. O que a Uber está fazendo – o Ver. Jessé falou muito bem isso –, eles têm estrutura jurídica para calcular os impostos, defender-se nas questões tributárias trabalhistas e, com isso, matar as pequenas empresas. É mais ou menos o que a Odebrecht fez com os campeões nacionais da Lava Jato: você elege sete, oito, 10 empresas, Ver. Bosco, e mata as empresas pequenas, mata as cooperativas de aplicativo, mata um Garupa, não sei se Porto Alegre tem o Garupa, teve no início, mas está no interior agora...

(Manifestação fora do microfone do Ver. João Bosco Vaz. Inaudível.)

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): É de Santa Maria, é uma iniciativa do interior, aliás, obrigado, Bosco. Então, a Uber quer que passe essa lei para pagar menos para vocês – o professor já vai falar – e para matar a concorrência, porque aí sim, Cláudio, eles vão tirar o couro. Se a gente defender, e acho que o Jessé trouxe bem... Eles desbravaram os alemães, que falam “a picada”, abriram a picada num terreno que não tinha, só que agora eles querem a picada só para eles. Eles querem um monopólio de mercado só para eles. Então, se nós defendermos a liberdade de mercado, não defender a Uber, defender a liberdade de mercado, a Uber vem a reboque, aí sim não vai tirar o couro, porque só o livre mercado para regular essa concorrência. Porque se houver Garupa, 99, mãe do badanha que se preze, não sei estou inventando aqui, aí sim a Uber vai ter que fazer atrativos, não só no dia da manifestação, mas aí ela vai ter que atrair motoristas e também passageiros. Agora, se esse projeto passa e o monopólio fica com a Uber, o que está ruim vai piorar, porque você não tem para onde ir. Esse é o primeiro ponto, não nos enganemos, nós não temos que defender a Uber, nem a Garupa, nem a 99, temos que defender o mercado, a

livre iniciativa, o livre mercado, para que tanto quem já está lá tenha regras claras como cooperativas, como novos aplicativos que não de surgir.

SR. CLÁUDIO FREITAS OLIVEIRA: Um detalhe rápido: Uber e 99, a gente sabe que no Brasil são concorrentes, mas em muitos países eles são a mesma empresa. Só esta colocação: aqui eles são concorrentes, mas em outros países eles são a mesma empresa.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Perfeito. Tenha a bondade, vereador.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (CIDADANIA): Eu tinha uma segunda sugestão de encaminhamento, que foi essa emenda sugerida. Se vocês entenderem, daí tinha que, obviamente, os trabalhadores entenderem, mas eu vou ler para vocês o que nós escrevemos, é muito simples, emenda ao PLP nº 012/2024: “Acrescente-se, onde couber, a seguinte redação ao PLP nº 012/24: Esta lei não se aplica aos contratos de sociedade cooperativa previstos na lei de cooperativas de 1971. Justificativa: pretende-se, com esta ementa, salvaguardar os direitos decorrentes do cooperativismo no exercício das atividades. Há inúmeras cooperativas espalhadas pelo Brasil que organizadas prestam seus cooperados operação de aplicativo de transporte remunerado privado individual de passageiros, com vantagens a motoristas e usuários muito superiores às plataformas convencionais”. Eu acho que esse poderia ser uma picadinha, uma fuga dentro da lei da regulamentação, se vai aprovar de qualquer jeito, seria uma forma de tentar escapar. É uma sugestão de encaminhamento para o presidente avaliar, que se coloca uma emenda ao projeto que exclua dessa regulamentação as cooperativas formais.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Pensando em voz alta – tu também, depois, pediste a palavra, está assegurada –, isso o deputado Zucco vai apresentar, vai protocolar, ele deve protocolar nos próximos dias. Eu acredito

que o melhor dos encaminhamentos – eu disse: pensando em de voz alta – é que, a partir do momento que o deputado apresente a emenda, se encaminhe uma moção de apoio à emenda apresentada, em vez de nós encaminhar antes da apresentação. Quando ele apresentar, tu encaminhas o pedido de apoio e eu já me comprometo a votar favorável.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sobre moções de apoio e repúdio, vocês sabem a minha posição. Eu proponho maior ainda, que esta comissão assine, comunicando, ao deputado Zucco, a decisão e a reunião que nós realizamos, com a presença do Ver. Jessé, e apoiando a comissão, porque nós temos força para isso, e se vai ao plenário, vocês sabem como é que funciona o plenário. Então, dentro dessa proposta Ver. Jessé fez, nós, da comissão, vamos fazer um documento de apoio ao deputado Zucco.

VEREADOR GILSON PADEIRO (PSDB): É isso aí João Bosco, eu também não voto moção de apoio, não voto moção de repúdio, para mim tem que ser um outro documento que não seja nesse segmento. Subi à tribuna e falei o porquê, pelas injustiças que, às vezes, no plenário, acontecem. Então, se for moção, não contem comigo; se for um outro documento aí, um encaminhamento, a gente está junto.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Na verdade, vai ser uma moção, mas é uma moção nossa, em função do bem comum. Não é uma questão política.

VEREADOR GILSON PADEIRO (PSDB): É isso, Ver. João Bosco.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Então eu faço uma proposição, presidente e integrantes da CEFOR e também Ver. Jessé: nesse documento que vamos levar a Brasília, nós inserimos ali os encaminhamentos que já deliberamos e esse apoio. E aí transcrevemos a emenda, esse apoio cívico...

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Eu proponho mais ainda...

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Diga... Diga no microfone para ficar registrado, vereador, por favor; para os seus netos saberem que o senhor esteve aqui hoje.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Os meus netos já sabem que eu estou há 28 anos aqui, não me aguentam mais. (Risadas.) Além da viagem que vocês farão a Brasília, eu acho que a comissão toda deveríamos, o Jessé marca, fazer uma visita aqui ao deputado Zucco, e entregar em mãos para ele.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Perfeito. Perfeito. O senhor articula, vereador? (Pausa.) Está bem.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Então seria um documento só? Será que não seria melhor dois? Um muito direcionado ao Congresso em si, para o deputado... E um para a bancada...

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Perfeito. Esse da bancada eu vou compilar, vou transitar pelos membros, a gente leva a Brasília. E o de apoio ao deputado Zucco o senhor compila, passa por nós e vamos levar junto com V. Exa. Está bem, dois documentos.

SR. LUIS CARLOS AZEVEDO DA ROSA: Presidente, eu não conversei com o Ver. Major, mas eu sei da posição dele, nós não temos o problema da moção lá, Ver. Bosco. Então a gente vai encaminhar, o Ver. Tiago me passa a cópia de como vão ser formalizados aqui os dois documentos e a gente encaminha em plenário lá também, pelo Ver. Major, para que possa acompanhar a cidade de Cachoeirinha.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): E como o Zucco é do partido de V. Exa., de repente, o senhor pode estar conosco na ida ao gabinete estadual do deputado federal e vamos juntos. O Ver. Jessé também está indo ao partido, não sei se posso dizer... Faz uns três anos, mas tudo bem... Mas, então a gente vai... O NOVO está velho.

VEREADOR GILSON PADEIRO (PSDB): Essa oposição aí em Cachoeirinha está virando situação. (Risadas.)

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Muito bem. Bom, deixem eu terminar a minha parte, ainda o professor vai falar e depois a gente encerra... Os que pagam imposto têm preferência, tenha a bondade, venha aqui pegar o nosso microfone. Quem sabe, ouvimos o Alex, depois o professor e eu encerro?

SR. ALEX SANDRO CORDOVA: Desculpem atrapalhar um pouquinho, mas a gente não está acostumado a falar, vocês têm o dom da palavra, a gente não tem, então a gente fica um pouco nervoso, às vezes falha alguma coisa. É importante que referente à remuneração, essa remuneração vai se diminuir, e muito, professor, a meu ver. Porque se pegar um ano e pouco atrás, a Uber lançou, a Uber, 99, eles têm uma associação, me fugiu o nome agora, não vou me lembrar, essa associação lançou uma pesquisa; essa pesquisa dizia que o motorista ganhava R\$ 1.600 por semana. A minha realidade era outra, eu faturava R\$ 4 mil, R\$ 4.500 por semana, trabalhando 16h, 18h, por dia, de segunda a sábado. Entrou essa pesquisa, após essa pesquisa, se tu pegares, hoje, o aplicativo de todos os motoristas e olhar, o ganho é quase o mesmo de todos. Se pegar a quantidade de horas trabalhadas, os dias trabalhados, lá no final ela equilibrou o ganho de todo mundo. Digo isso com base no que eu tenho aqui no meu aplicativo, no que falo com colegas e no que vi com colegas. Porque, às vezes, falar é muito fácil. Então, a gente fez comparações. E no tempo eu disse para eles: "Olha, a Uber vai limitar esse valor porque ela quer mandar essa proposta com o governo". E se pegarem no Youtube tem isso, um ano atrás,

quando começou a se discutir a regulamentação lá pelo governo, pode olhar lá, certinho, os *influencers* postaram lá. Claro que tu não aceitas tudo o que estão te dizendo, tens que filtrar as informações, mas lá no final, onde há fumaça há fogo. E realmente, hoje, pode colocar, olhar de todo mundo, o equilíbrio é o mesmo. E quando entrar essa tarifa em vigor, essa PL em vigor – perdão –, vai se limitar o ganho, vai ser igual para todo mundo: R\$ 32 a hora. Quem trabalhar um pouquinho mais vai chegar a R\$ 40 a hora em corrida. Isso é importante de se dizer: é em corrida a hora. Não é porque eu liguei às 7h o aplicativo e desliguei às 22h... Não. Só está valendo exatamente o tempo em que tu estás com o passageiro dentro do carro. Isso vai dar uma jornada de trabalho, para nós, muito grande e um ganho muito menor. Então vai ter uma redução muito grande. O motorista de aplicativo hoje vai ganhar, se aprovada essa PL, vai sobrar para ele, líquido, um pouco mais do que o salário mínimo. Não se iludam, colegas que acham que vai sobrar mais, porque não vai. Posso estar errado na minha visão dos dados e dos fatos, mas, normalmente, quem me conhece sabe, eles me tiram para ranzinza e chorão, mas não é, a gente tem que entender a realidade, a gente tem procurar entender como é que vai funcionar para tu poderes te posicionar. Eu trabalho há oito anos com isso e considero como se uma empresa fosse. Eu tenho relatórios, eu faço gráficos, eu tenho que entender o meu trabalho. Então, o que eu digo aqui não é por suposição, é a minha análise. Obrigado e desculpe.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Não, não. Quem paga imposto sempre tem preferência. Nós, os servidores públicos, é que agradecemos – né, Presidente? –, certamente, por estarem...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): ... Um agente político que serve o público, fica bom assim, Bosco? Muito bem, há divergências aqui na bancada

sobre um outro assunto que fica para uma outra audiência. O professor Gustavo Frio está com a palavra.

SR. GUSTAVO FRIO: Sobre o valor, *a priori*, não dá para fazer uma análise e dizer assim: vai diminuir, vai aumentar o valor. Se ele vai ser aquele valor mínimo ou não. Diminuir o valor do motorista, a hora do motorista necessariamente sim, porque tem que ter a contribuição quanto ao INSS. Se essa contribuição, os 20 % da Uber, vai vir toda do motorista ou parte do motorista e parte do cliente, também não tem como saber a partir da teoria econômica *a priori*. Porque, se desse para tirar tudo do motorista, a Uber já teria tirado e já estaria lucrando mais. Se ela não conseguiu até agora é porque ela chegou a um certo limite do que ela pode conseguir tirar de ganhos em cima do motorista, que não do cliente porque o cliente tem a questão do preço que vai afetar a demanda. Então, se esse valor vai ser todo do motorista, eu acredito que nem todo; parte vai ser repassada sim ao cliente. Porque, se desse para tirar mais do motorista – eu falo a Uber, ou a 99, ou as outras – elas já estariam tirando para lucrar mais. Então, se tivesse espaço para lucrar mais, elas já estariam lucrando mais anteriormente.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): O ponto do professor, se eu entendi bem, é a margem, ou seja, a empresa sempre vai forçar para aumentar o seu lucro. Então hoje, em tese, ela já bateu no teto. A tese do professor é que, sim, vai respingar no preço da tarifa que... É isso, professor?

SR. GUSTAVO FRIO: É, cerca de 30%. Como quem começou lá no início a usar Uber aparecia o quanto de dinâmico estava. Então, botando 27,5%, é como se a tarifa já saísse como 1,3, daí para cima.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): É inexorável o aumento. Obrigado, professor.

Bom, para encerrar, de minha parte, nós precisamos defender o livre mercado A questão das cooperativas, eu acho que o bom comparativo é bancos privados e

bancos cooperativos. Eu acho que isso aí é uma boa para a gente entender melhor o processo. Eu, particularmente, sou leigo, tento me atualizar com quem entende, sou ratão, como diz um decano desta Casa que está sentado olhando para mim neste momento.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Obrigado professor. Vocês, motoristas, precisam estar sempre atentos ao que o Alex falou, ou seja, vocês precisam buscar conhecimento, iniciativa privada, recolher pelo menos o mínimo ao INSS para, se vocês tiverem um acidente, pelo menos, terem uma “bijuja” lá para ajudar. mas também pensar em previdência privada, não acho que o INSS seja essa Coca Cola toda porque não é. Vamos, então, levar esse documento aos nossos deputados. no que me toca, ao deputado Marcel van Hattem, que é do meu partido e defensor da liberdade, tem atuado nessa questão dos aplicativos.

E, por fim, são R\$ 3 bilhões ao ano que o governo Lula está querendo tomar de vocês, 3 bilhões são os cálculos estimados só nesse canetaço por isso a urgência. Não se enganem, o déficit, em um ano de governo Lula, chega a um trilhão de reais, se a gente coloca o serviço da dívida pública. Durante a pandemia, Paulo Guedes e Bolsonaro tiveram que gerar 1 trilhão em dívida pública por causa do Fica em Casa, bolsas, e foi necessário. O Lula, sem o vírus, sem pandemia já chegou lá. O meu medo é que nós tamos vendo um filme de terror que vimos em 2016: a Dilma em dois anos, -7% de PIB; o vírus nos deu -4,5% de PIB. O preço da liberdade é eterna vigilância. Meus amigos de aplicativos, motoristas, vereadores, sociedade civil organizada, nós não podemos afrouxar os garrões. Nós precisamos vigiar e defender a liberdade que começa aqui. Pode parecer uma coisa boba, mas são 3 bilhões, daqui a pouco vão taxar o iFood, e o hambúrguer que você paga 15, 20 pilas, vai custar 25; mais alguns bilhões para o governo. Então, de minha parte, é isso, nós precisamos sempre estar vigilantes. Esta reunião foi chamada para isso, para

todos os pontos de vista. O Ver. Roberto Robaina pediu escusas porque precisou se ausentar para uma emergência, mas certamente teria o seu contraponto, ele que é do PSOL. Mas eu acho que esse debate é importante, e a presença de vocês aqui mostra isso. Eu quero passar ao presidente para, oficialmente, encerrar. Depois da reunião, ainda estaremos à disposição dos amigos, obrigado.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Bom, mais uma vez, cumprimento a todos e todas. Vamos dar por encerrada esta reunião de hoje. Foi bastante positiva, discutimos bastante bons temas e boas propostas, e acho que o encaminhamento do dado foi positivo. Portanto um abraço, obrigado pela atenção de todos e todas. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 11h25min.)